



**“ADESISTAS E HISTÓRICOS”:
AS DISPUTAS DISCURSIVAS NO PROCESSO DE
LEGITIMAÇÃO DOS VÁRIOS PROJETOS REPUBLICANOS.**

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi*

Resumo: O novo sistema de governo inaugurado a 15 de novembro de 1889, embora apregoado como iminente pelo movimento republicano, tomou de surpresa os atores políticos do final do século XIX que se viram então diante do novo regime provisoriamente estabelecido, cujo modelo deveria ser forjado e legitimado. Este artigo vem demonstrar o largo uso dos termos “adesistas” e “históricos” nas páginas dos periódicos e nos pronunciamentos parlamentares como parte das concorrências políticas em torno de projetos republicanos distintos, pretendendo ainda relacionar a atuação de Antônio da Silva Jardim às disputas discursivas que se estenderam principalmente durante o primeiro decênio da República.

Palavras-chave: Silva Jardim; adesistas; históricos.

**“SUPPORTERS AND HISTORICALS”: THE DISCURSIVE DISPUTE IN
THE LEGITIMATING PROCESS OF THE SEVERAL REPUBLICAN
PROJECTS.**

^{Ⓔ*} Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - Linha de Pesquisa: Imagens, Narrativa e Sociabilidades. Bolsista CAPES. mlsepol@gmail.com.

Abstract: The new government system launched on November 15th 1889, although proclaimed as imminent by the republican government, took by surprise the political players of the end of the XIX century that saw themselves before a new regime temporarily established which model should be forged and legitimized. This article is meant to illustrate the large use of the terms “supporters” and “historical” in the pages of the journals and in the parliamentary statements as part of the political competitions around distinct republican projects, intending to relate Antônio da Silva Jardim’s performance in the discursive disputes that extended mainly during the first decade of the Republic.

Keywords: Silva Jardim; supporters; historical.

Não tenho escudos na heráldica republicana. Mas, se a República é a liberdade realizada, com a minha intransigência imaleável pela realidade liberal sob a monarquia, fiz jus, na história das origens da república, a um lugar que não me amesquinha no confronto com os republicanos históricos.¹

Nós não somos adesistas: somos homens de fé, homens de trabalho, homens de luta, homens de esperança.²

Este artigo apresenta alguns fragmentos discursivos do final do século XIX, destacando dois termos que fartamente circularam no período de transição entre os regimes monárquico e republicano. Objetiva demonstrar o largo uso de “adesistas” *versus* “históricos” em um esforço mútuo de legitimação ou desqualificação dos opositores ou colaboradores dos vários projetos republicanos, integrantes ou não do novo sistema governamental. Tais disputas foram iniciadas de forma vigorosa ainda nos primeiros dias do Governo Provisório e se estenderam, embora com registros mais escassos, pelo menos até os primeiros anos do século XX, representando a redefinição e legitimação do jogo político interrompido pelo golpe

¹BARBOSA, R. **O Partido Republicano Conservador**: conferências pronunciadas na Bahia em 24 e 26 de maio de 1897. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. 56. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 24, t. 1). Disponível em <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/ibonline/obrasCompletas.htm>>. Acesso em 13 ago. 2017.

²BARBOSA, R. **Discursos Parlamentares**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1973, p. 449. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 41, t. 2). Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/ibonline/obrasCompletas.htm>>. Acesso em 13 ago. 2017.

militar de 15 de novembro em um período caracterizado pela coexistência de modelos republicanos que representaram diferentes graus de ruptura e continuidade com o ordenamento econômico, político, jurídico e social até então mantido pelo sistema monárquico parlamentarista. É necessário esclarecer que o presente trabalho está vinculado à tese de doutorado em curso que tem como tema a propaganda republicana de Silva Jardim na Zona da Mata mineira entre os anos de 1888 e 1889. Desta forma, é possível relacionar muito rapidamente o uso dos termos já destacados à atuação do professor e advogado fluminense na sua campanha republicana, reconhecida, mesmo pelos seus opositores, como a mais atuante e combativa ação em prol da República.

O livro de Jardim, “Memórias e Viagens”, publicado postumamente em 1891, logo depois de sua trágica e prematura morte,³ foi uma tentativa do autor de recuperar a sua própria importância na propaganda republicana no período em que as disputas em torno dos “adesistas” e “históricos” já eram muito presentes nas páginas dos jornais e nos discursos dos parlamentares. Ele assim definiu sua obra em carta enviada da Europa a Alberto Torres, dois meses antes do seu desaparecimento:

É escrito em estilo fácil, tem uma parte pessoal que é uma espécie de justificação indireta da minha conduta e uma recordação dos meus serviços, tem uma parte em que recordam-se todos os trabalhos dos correligionários, e outra em que a situação histórica se desenha; tudo porém, sem divisões dogmáticas, a *vuela pluma*. Passo com rapidez e delicadeza sobre as questões irritantes. [...] Ele demonstrará, porém, ao estrangeiro, que havia e há, no Brasil, um Partido Republicano, que preparou a República e pode realiza-la.⁴

Mas, curiosamente, Jardim evita a antítese. Faz uma defesa de si próprio, justificando certas escolhas, como a da propaganda isolada de um modelo revolucionário que empreendeu por várias províncias, desafiando assim as orientações oficiais e evolucionistas do Partido

³Jardim morreu Aos 31 anos, tragado pelas lavas do Vulcão Vesúvio, em Nápoles, na Itália. Muito se cogitou sobre suicídio, já que sua viagem à Europa foi motivada pelas desilusões com o novo regime. Essa hipótese, refutada por seus biógrafos e outros tantos autores que abordaram o pensamento de Jardim ou a propaganda republicana, é a meu ver descartada pelo relato do seu companheiro de viagem que presenciou o acidente, o engenheiro Joaquim Carneiro de Mendonça. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 02 ago. 1891. Acesso em 15 mar. 2017.

⁴JARDIM, A.S. **Propaganda Republicana** (1888-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1978, p. 458.

Republicano, então dirigido por Quintino Bocaiúva. Conforme José Leão, seu amigo e biógrafo que com ele dividiu a mesma habitação na época do bacharelado em Direito na capital paulista, “Memórias e Viagens” seria um “perfeita autobiografia,” não fosse a “generosidade nas omissões” (LEAO: 172). Leão refere-se às forças que influíram para o isolamento de Jardim no novo regime e justifica o preterimento do jovem conferencista afirmando que “os ambiciosos que igualmente previam estar próximo o advento do governo republicano, temiam-se da celebridade política adquirida por Silva Jardim ao cabo de sua peregrinação pelo interior das províncias.”⁵

Várias passagens do livro de Silva Jardim evidenciam a valorização do seu republicanismo de primeira hora, mesmo que ele tenha evitado comparações claras com antigos liberais monarquistas que já àquela altura ocupavam altos postos do novo regime. Mas se Jardim optou por não recorrer aos termos “adesistas” e “históricos”, outros o fizeram reiteradas vezes. Vejamos novamente Rui Barbosa, cuja fala abre este texto. O fragmento a seguir, assim como o anterior, integra os discursos parlamentares do eminente baiano correspondentes a 1897:

Bem sabeis que nunca me emplumei com as honras de histórico entre os republicanos. Tocqueville ensinou-me o que eram, em França, os republicanos históricos, a quem o profundo pensador político atribuiu *les betises* da república de 1848: e no Brasil, desde que um conde do império se me apresentou, em 17 de novembro de 1889, como “republicano de todos os tempos”, fiquei avaliando a presteza com que os reis d’armas da democracia podem esquarterar brasões de alta antiguidade. Velho liberal, defendi a liberdade contra o império, que, por isso, me qualificava de republicano. Hoje a República, pela mesma razão, me encoima de monarquista.⁶

Rui Barbosa, então senador da República, rebatia as críticas que recebia pela sua posição contrária à repressão a Canudos, apropriando-se dos termos “adesistas” e “históricos” que anos antes começaram a ser utilizados.

⁵LEÃO, J. **Silva Jardim**: apontamentos para a biographia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 124.

⁶BARBOSA, R. **O Partido Republicano Conservador**. Op. Cit., p. 55-56.

Com a chegada da República, o jornal de Ouro Preto “A Província de Minas”, dirigido pelos monarquistas Francisco Luiz da Veiga e José Pedro Xavier da Veiga, anunciou o reinício de suas atividades como “A Ordem” – nova denominação que revelava “sua orientação e seu programa no caminho do desconhecido”. O primeiro número de “A Ordem”, datado de 27 de novembro de 1889, revela um discurso de apaziguamento e cautela em torno do clima de incertezas instalado pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca. Assim, união, abnegação, incertezas e perigos são termos recorrentes em suas páginas que registram ainda uma reiteração cautelosa, porém desafiadora, do caráter provisório do novo governo em nome de uma vaga “soberania nacional”.

Por enquanto tudo é provisório, como o próprio governo com louvável franqueza reconhece e proclama. Antigos conservadores, antigos liberais, antigos republicanos, sob o regime da monarquia deposta pela revolução militar, hoje estamos todos, como o próprio governo constituído, no domínio do provisório apenas, submissos à lógica dos esperados e próximos acontecimentos, lógica que será inflexível e incontestável procedendo da soberania nacional.⁷

Logo nos números seguintes de “A Ordem”, assim como em outros vários periódicos da época, são recorrentes os termos “adesistas” e “históricos”, empregados ora para relativizar ora para reforçar a antítese. Revelando-nos as disputas de afirmação e identidade política em torno dos termos, o jornal apresenta-nos o seguinte argumento: “Adesistas, meus Srs., e nisto nada há que possa melindrar ninguém, também foram os ilustres membros do partido republicano histórico; sim, repito, adesistas, e verdadeiros adesistas, porque não tendo feito a revolução, que foi obra do exército, a aplaudiram ardentemente.”⁸

Em outros jornais como “A Federação”, antigo órgão republicano do Rio Grande do Sul, e ainda no “Pharol”, publicação de Juiz de Fora, ou no carioca “Diário de Notícias”, a oposição entre “adesistas” e “históricos” figura a favor dos últimos. No dia 7 de março de 1890, o Diário de Notícias refere-se a José Leão como “legítimo adepto da nova forma de

⁷A ORDEM. Ouro Preto, 27 nov. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em 10 ago. 2017.

⁸Idem, 23 maio 1891.

governo e não pertencente ao número de adesistas do 15 de novembro em diante.”⁹ José Leão era funcionário na década de 1880 da Tesouraria de Fazenda e no exercício da função teria sofrido perseguições por ser abolicionista e republicano, conforme relata em sua biografia de Silva Jardim, com quem muito conviveu, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro.

A fala a seguir revela o descontentamento do pernambucano Aníbal Falcão, que foi, nos anos 1888 e 89, o maior apoiador do projeto republicano revolucionário de Silva Jardim, com os rumos que ia tomando o novo governo:

Para explicar esta desorientação crescente devo frisar bem o desvirtuamento que impuseram à ideia republicana que infelizmente não ficou com os republicanos mas com os adesistas. E foi tão prejudicial a intervenção destes últimos que eles prolongaram no período democrático a acusação da venalidade que parecia dever ser peculiar aos governos monárquicos.¹⁰

As exemplificações, embora muito rapidamente, demonstram o largo uso do termo “adesista” em oposição aos “republicanos históricos” em um esforço de legitimação ou desqualificação dos críticos ou representantes de determinado modelo republicano, integrantes ou não do novo sistema de governo. Tais estratégias discursivas revelam a simbiose entre contexto e discurso, sempre permeando as novas configurações políticas tentadas principalmente durante o primeiro decênio do novo regime, porém se estendendo nos primeiros anos do século XX.

Voltemos a Antônio Silva Jardim. Na primeira fase da sua campanha em Minas Gerais, entre fevereiro e março de 1889, esteve com um dos mais influentes políticos mineiros do período, o deputado José Cesário de Faria Alvim, que já então acumulava a quarta legislatura parlamentar. Sobre o encontro, Jardim fez o seguinte comentário:

À conferência compareceu Cesário Alvim. Conversamos largamente. Não se resolvera ainda declarar-se republicano, e entretanto era essa a aspiração de todos os seus amigos. Contudo, via-se que suas tendências de oposicionista e os

⁹DIÁRIO de NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 7 mar. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdbd/periodo.aspx>. Acesso em 10 mar. 2017.

¹⁰DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 27 jun. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdbd/periodo.aspx>. Acesso em 10 mar. 2017.

desgostos que a política imperial haviam lhe causado, o levaram já a inclinar-se para o nosso partido. Não obstante, dizia confiar ainda no Senhor D. Pedro II.¹¹

Ainda em sua primeira edição, o jornal “A Ordem” saúda Cesário Alvim escolhido para exercer o cargo de primeiro governador do estado de Minas Gerais:

Três milhões de mineiros – ora angustiados pelas apreensões do futuro – têm os olhos fixos no Dr. Cesário Alvim, crentes de que seu civismo, sua moderação, seus talentos, seu caráter e sua magnânima justiça hão de salvarmos a todos dos perigos que nos cercam, na conjuntura atual, que é melindrosa, gravíssima e decisiva para a liberdade, para a honra e talvez para a vida desse povo generoso e sofredor.¹²

É preciso ressaltar que cerca de oito meses depois de seu encontro com Jardim, em que confessara ser ainda fiel à monarquia, Alvim assume o primeiro governo de Minas no novo regime. Em seu livro de memórias, Jardim não envereda por tais comentários. Apenas relata os principais acontecimentos de forma linear, revelando a construção da memória controlada, sequencial, como a seguir em sua narrativa o ordenamento das estações férreas que visitou. Menciona atores locais ou personalidades políticas, com maior ou menor ênfase, destacando sempre o seu esforço para realizar as conferências republicanas. E neste ponto é necessário dizer que uma das razões que talvez tenha inibido o advogado de se alongar na questão “adesistas” *versus* “históricos”, tão em voga quando da escrita do livro, tenha sido o fato de que ele próprio, Silva Jardim, fizera um grande esforço para conquistar o apoio de antigos monarquistas, que logo após o 13 de maio representavam novas possibilidades de crescimento do Partido Republicano. Da Corte, José do Patrocínio o acusava de se locupletar com os “republicanos do 14 de maio,” que nada mais seriam do que grande parte daqueles que logo depois de proclamado o novo regime passaram a ser rotulados de “adesistas.” Dessa acusação defendeu-se Jardim, argumentando que seu crítico “esquecia que a permanência do trono e pois do privilégio de casta era o principal obstáculo ao complemento da obra abolicionista.”¹³

¹¹JARDIM, Antônio da Silva. (1891). *Memórias e viagens*: campanha de um propagandista. Lisboa. Typ. Da Cia Nacional Editora, p. 279.

¹²A ORDEM. Ouro Preto, 27 nov. 1889. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em 10 ago. 2017.

¹³JARDIM, op. cit., p. 189.

A menção ao encontro de Jardim em março de 1889 com o futuro governador provisório do estado de Minas Gerais, ainda bastante arredo à solução republicana, reiterando todavia sua confiança em D. Pedro II, é bastante elucidativa da importância tomada pela memória dos propagandistas republicanos no período posterior de disputa política entre “adesistas” e “históricos”. Apenas a participação no Manifesto Republicano de 1870 poderia superar o peso da participação na campanha republicana para a classificação, irrefutável, segundo os argumentos da época, de “republicano histórico”.

O episódio que na prática talvez mais tenha evidenciado essa disputa seja o que envolveu Cesário Alvim e Aristides Lobo, esse tentando impedir aquele de assumir o seu cargo inicial no Governo Provisório. A escolha para o governo de Minas Gerais, conforme Afonso Arinos de Melo Franco, foi resultante da influência de Quintino Bocaiuva. Alvim encontrava-se em sua fazenda Liberdade, em Ubá, na Mata mineira, quando recebeu o telegrama sobre a sua nomeação. A caminho de Ouro Preto, retardou-se ao passar pelo Rio de Janeiro, com o objetivo de se encontrar com o general Deodoro. “Foi então que o ministro da Justiça, Aristides Lobo, resolveu designar Antônio Olinto, republicano de primeira hora, ativo no movimento republicano da província, para substituir Alvim,” estratégia que “encontrou o veto de Deodoro, que se recusou a expedir o decreto de nomeação provavelmente prometido por seu ministro, mantendo Alvim, homem de sua confiança e de Quintino Bocaiuva, na chefia de Minas”. Conforme Afonso Arinos, “talvez tenha sido este, logo no dia seguinte ao da República, o primeiro choque entre o futuro generalíssimo e os republicanos radicais, que breve se juntariam em torno de Floriano, quando veio a crise que culminou na renúncia do proclamador da República.”¹⁴

As reservas contra Alvim por parte de grande parte dos republicanos históricos baseavam-se, principalmente, nas circunstâncias à sua adesão ao Partido Republicano, ocorrida apenas em junho de 1889 e imposta pela chegada ao governo do seu antigo desafeto, Afonso Celso, o futuro Visconde do Rio Branco, chefe do último Gabinete Ministerial do Império. Em 1889, Alvim já acumulava a experiência de três legislaturas, cumprindo o

¹⁴FRANCO, A.A.M. **Um estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 1), p. 193.

quarto mandato desde 1886. Tornara-se inimigo de Afonso Celso em decorrência do caso das “popelines”, em 1877, envolvendo o então ministro da Fazenda, barão de Cotegipe. Passemos a uma rápida descrição dos fatos por intermédio de Afonso Arinos de Melo Franco: “Algum tempo antes de ser ministro da fazenda, Cotegipe entrara como sócio de uma casa comercial” tendo como um dos sócios o conferente da Alfândega Antônio Januário da Silva.

A imprudência de Cotegipe deu os seus inevitáveis resultados. Sendo ele ministro da fazenda, o seu sócio conferente da Alfândega julgou-se talvez a coberto de qualquer risco e envolveu-se em crimes de contrabando. Provado em inquérito administrativo a culpabilidade do funcionário, foi o processo remetido a Cotegipe, que fez o que lhe competia: demitiu do emprego o seu sócio. Este, para vingar-se, procurou Afonso Celso, então um dos mais importantes chefes da oposição liberal, e levou-lhe a prova de que a firma que mantivera com o ministro estava também envolvida em uma tentativa de contrabando na importação do tecido chamado ‘popeline’. Só não se consumara a lesão ao fisco em virtude da descoberta da fraude por outros conferentes.¹⁵

Tendo em mãos os documentos, Afonso Celso instruiu Alvim, em nome do Partido Liberal, a denunciar o ilícito com a intenção de desmoralizar o gabinete conservador. O jovem deputado de 38 anos cumpriu a tarefa ganhando grande visibilidade na política imperial. Mais tarde, porém, o caso das “popelines” foi retomado de forma diferente por Afonso Celso. “Por duas vezes, em 1882 e 1887, Afonso Celso acusou Cesário Alvim, pela imprensa, de ter agido no caso [...] movido por sentimentos pessoais de hostilidade a Cotegipe e contra as instruções dos chefes do seu partido.”¹⁶ Alvim protestou com veemência, insinuando que Afonso Celso tentava desvincular-se da denúncia por estar pleiteando o “valioso apoio” de Cotegipe junto ao imperador na expectativa de ser nomeado para o Conselho de Ministros.

Foram apresentados resumidamente os motivos que levaram Cesário Alvim a finalmente se voltar para o republicanismo, quando em junho de 1889 assumiu o governo o Visconde de Ouro Preto. Retornemos a seguir à relação de Alvim com a campanha republicana de Jardim na Mata mineira. Ele parece ter exercido importante papel na política da região considerada. Ainda em 1888, foi convidado a assumir a presidência de uma reunião

¹⁵Idem, p. 182-183.

¹⁶Idem, p. 183.

da lavoura, quando se encontrava na vila de São José de Além Paraíba,¹⁷ conforme nota do jornal O Município. Em agosto de 1889, logo depois da sua adesão oficial ao Partido Republicano, o jornal “A Federação”,¹⁸ principal órgão republicano da imprensa gaúcha, dirigido por Júlio de Castilhos, publica uma lista com 92 novas adesões vindas do 9º distrito mineiro, todas do município de Além Paraíba, sendo a maioria de proprietários rurais. Mas certamente não foi com o prestígio de Alvim que Jardim contou em seus *meetings* pela Mata mineira. Embora tenha registrado em suas memórias, conforme já destacado anteriormente, a expectativa que nutria em relação à potencialidade do político mineiro como futuro membro do Partido Republicano, manteve com ele apenas uma rápida conversa quando passava por Ubá e, na ocasião, o deputado, dono da fazenda de café Esperança, confessava-se ainda um liberal monarquista.

Avancemos novamente para o Governo Provisório e o episódio da posse de Alvim como governador de Minas que, na prática, já evidenciava a oposição dos “históricos” aos chamados “adesistas.” Se levarmos em consideração o relato de Afonso Arinos, Quintino Bocaiuva, fundador do Partido Republicano em 1870 e redator de seu manifesto, foi o “fiel da balança” ao garantir o mandato de Alvim. Talvez a aproximação de “históricos evolucionistas” como Bocaiuva com os “adesistas” de peso e influência, como Cesário Alvim, ainda no regime monárquico, tenha sido decisiva para o esvaziamento dos resultados da campanha de Silva Jardim por Minas Gerais. É preciso novamente frisar que somente após a entrada de Alvim para o Partido Republicano, a 7 de junho de 1889, um grande número de eleitores do nono distrito mineiro oficializou publicamente sua adesão aos quadros do partido então dirigido por Bocaiuva, tendo inclusive no dia 27 de junho de 1889 registrado o apoio à linha republicana evolucionista por ele defendida em contraposição à revolução de Jardim,¹⁹ que ainda em março daquele mesmo ano tinha visitado o município de São José de Além Paraíba com apoio, inclusive financeiro, do Clube Republicano local. Assim, em um curto

¹⁷ A microrregião hoje correspondente aos municípios de Além Paraíba e Leopoldina ocupa espaço especial na pesquisa de doutorado em curso, inicialmente restrita àquela parte da Zona da Mata mineira.

¹⁸ AFEDERAÇÃO. Porto Alegre, 7 ago. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em 10 ago. 2017.

¹⁹ Atas do Clube Republicano de Angustura. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. COL. APM 004.

espaço de tempo foi reconfigurada a aliança entre os antigos monarquistas, chamados de republicanos do 14 de maio por José do Patrocínio, e o Partido Republicano. Silva Jardim, que àquela altura representava a dissidência revolucionária, começava a sofrer o processo de alijamento político logo comprovado e acentuado com o 15 de novembro. Tais nuances entre os termos “adesistas” e “históricos” ampliavam e tornavam bem mais complexas as disputas políticas do período, em grande parte apoiadas na memória da propaganda republicana. Jardim cedo se retirou da disputa. Sua ida à Europa, com o objetivo de afastar-se das desilusões políticas e de escrever suas memórias, resgatando assim sua importância na propaganda republicana, foi uma viagem sem volta. Talvez por esse motivo tenha figurado com tanta frequência e por um longo período nos argumentos de “adesistas” e “históricos”. Tornou-se um símbolo polivalente por ter buscado em sua campanha aproximação com monarquistas convertidos ou ainda resistentes à ideia republicana, enquanto militava ao lado de “históricos”, como Saldanha Marinho e o próprio Quintino Bocaiuva.²⁰

Em seus quarenta e um anos, a chamada Primeira República passou por uma série de transformações caracterizadas por conflitos ocorridos principalmente em sua primeira década, classificada de “anos entrópicos” por Renato Lessa, sendo entropia por ele “entendida como associação entre estado de anarquia e elevado grau de incerteza que se manifesta a partir da ruptura dos canais de integração entre polis, demos e governo, definidos pela ordem imperial”.²¹ Naqueles anos de incerteza, os atores políticos buscavam espaço e legitimação. Sem pretender avançar na análise do período, este artigo atém-se apenas à relação das disputas discursivas entre “adesistas” e “históricos” com a memória da propaganda republicana. Muitos outros fragmentos textuais podem reforçar essa relação. Em 1892, o jornal “A Ordem” evocava a memória da propaganda republicana desta vez para criticar o governo Floriano Peixoto: “Foi esta a suma da propaganda de Silva Jardim, de João Pinheiro e de outros? [...] É com esses elementos de anarquia que se há de firmar a República?”²²

²⁰Bocaiuva chegou a apoiar publicamente a campanha de Jardim, que em maio de 1889 rompe publicamente com a vertente evolucionista do Partido.

²¹LESSA, R. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, p. 49.

²²A ORDEM. Ouro Preto. 19 mar. 1892. Acesso em 10 ago. 2017.

Já em 1902, o “Pharol”rememora a propaganda republicana, lamentando a falta de tribunos com “a pertinácia e a coragem de Silva Jardim” e os rumos tomados pelo novo regime:

Não faltam espíritos ponderados que avisem, que mostrem em evidência diariamente, os perigos assediando o futuro do país. A resposta e a chacota, e tantos republicanos veteranos como adesistas fazem timbre em esmolambar a instituição, torná-la degradada, hedionda, intolerável!²³

Referências Bibliográficas

BERNSTEIN, S. **A cultura política**. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Org.). Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

BOEHRER, G. C. A. **Da Monarquia à República**: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo RamadaCurto, v. 1)

FRANCO, A.A.M. **Um estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 1).

JARDIM, A. S. (1891). **Memórias e viagens**: campanha de um propagandista. Lisboa: Typ. da Cia Nacional Editora, 1891.

²³O PHAROL, Juiz de Fora, 17 ago. 1901. Acesso em 17 mar. 2017.

JOSÉ, O. **A propaganda republicana em Minas**. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.

LACAPRA, D. Repensar la Historia intelectual y leer texto. In: PALTÍ, E. J. (Org.) *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. P. 237 – 294.

LEÃO, J. **Silva Jardim**: apontamentos para a biographia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

LESSA, R. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

MAGALHÃES, R. J. **O império em chinelos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MELLO, M. T. C. **A República consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Fontes

Ata de criação do Clube Republicano de Angustura. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, MG. COL. APM 004, 1888-1889.

A ORDEM. Ouro Preto, 19 mar. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em 10 ago. 2017.

A ORDEM. Ouro Preto, 27 nov. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em 10 ago. 2017.

BARBOSA, R. O Partido Republicano Conservador: conferências pronunciadas na Bahia em

24 e 26 de maio de 1897. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. 24, tomo, 1946. (Obras Completas de Rui Barbosa). Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>>. Acesso em 13 de agosto de 2017.

BARBOSA, R. Discursos Parlamentares. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, p. 449. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 41, 1914, t. 2). Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>>. Acesso em 13 ago. 2017.

DIÁRIO de NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 7 mar. 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdbd/periodo.aspx>>. Acesso em 10 mar. 2017.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 27 jun. 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdbd/periodo.aspx>> Acesso em 10 mar. 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 02 de ago. 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdbd/periodo.aspx>> Acesso em 15 mar. 2017.

O PHAROL, Juiz de Fora, 17 ago. 1901. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdbd/periodo.aspx>> Acesso em 17 mar. 2017.